

CARTA ABERTA



“JUNDIAÍ 100 RUMO”

CARTA ABERTA “JUNDIAÍ 100 RUMO”

A descontinuidade dos serviços e a falta de direção estão fazendo muito mal para a cidade nos primeiros meses de governo Martinelli-Benassi. Mas a herança deixada é positiva!

Esta carta aberta à população de Jundiaí tem por objetivo fazer uma análise política e administrativa dos primeiros meses da nova gestão, de forma honesta e com a colaboração de uma equipe experiente de gestores que esteve 8 anos à frente do governo municipal e conhece bem a realidade da cidade.

O mantra da comunicação social da gestão atual...

Sob a perspectiva da comunicação social, a gestão atual adotou o mantra de que “a culpa é da gestão passada”, empurrando a responsabilidade de todos os problemas da cidade para a gestão que se encerrou em 31 de dezembro de 2024, ainda que o prefeito atual tenha sido vice na passada. Na maioria dos casos analisados, o que está faltando é maturidade política e experiência administrativa para se tomar decisões que podem resolver ou tirar o problema da frente, bem como não ocasionar prejuízos à população, especialmente para as pessoas que utilizam os serviços públicos com frequência.

Fica muito claro que o novo gestor está descontinuando algumas políticas públicas estratégicas como da infância e da saúde, por exemplo, que foram priorizadas pela gestão anterior, mas não apresenta nada melhor em substituição àquilo que estava funcionando e dando resultados. E segue repetindo o mantra de que os problemas foram deixados pela gestão anterior; a cidade está endividada; o orçamento não é suficiente; e por aí vai o rol das desculpas.

Quando o administrador eleito não traz nenhuma evidência de que está empenhado em resolver esses problemas e não apresenta soluções concretas para o munícipe, ele está optando por atrasar o desenvolvimento da cidade e prejudicando o pagador de impostos. Contudo, o chamado período de “lua de mel”, em breve, vai dar lugar às cobranças, que vão se

intensificar cada vez mais, especialmente aquelas advindas dos serviços essenciais à população.

Transição de Governo...

A propósito, é importante lembrar que teve transição de governo, realizada de forma republicana e com a disponibilização de dados e informações solicitados pela nova equipe que assumiu a gestão no dia 01 de janeiro deste ano. A verdade é que, olhando para os principais indicadores socioeconômicos do município de Jundiaí, a herança deixada pela gestão anterior é positiva e, se fosse continuada, daria respostas objetivas aos problemas reais que afetam a população no seu dia a dia. Afinal, trata-se de um governo reconhecido por adotar um padrão de gestão administrativa e financeira eficientes, com entregas efetivas realizadas nos últimos 8 anos, e que colocou Jundiaí em destaque como uma das melhores cidades do Brasil para se viver, segundo indicadores comparados de desenvolvimento e qualidade de vida, amplamente divulgados pela imprensa nacional e internacional (**Anexo II**).

Tudo indica que as informações repassadas na transição ficaram nas caixas e nos *pendrives*, pois os detalhamentos solicitados sobre diversas políticas públicas, seus programas e serviços foram respondidos para a nova equipe, incluídos os desafios e problemas recorrentes na tarefa de governar. Mas, analisando os resultados, ou a falta deles, nesses primeiros meses, fica evidente que a nova gestão não se aprofundou nas respostas. A equipe escalada pelo então prefeito eleito poderia ter aproveitado melhor o tempo para tirar todas as dúvidas sobre os principais problemas que estão apontando agora. Inclusive, sobre o orçamento aprovado, que é 1% (um por cento) menor do que o de 2024 e que a expansão do custeio, especialmente nas áreas de saúde e zeladoria da cidade, precisariam de atenção especial devido à queda real da arrecadação do município. A propósito, essa situação permanecerá assim e se repetirá nos próximos anos, conforme projeção de crescimento da receita para 2026, 2027 e 2028, apresentada na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentária para o próximo ano. O destaque principal fica para o aumento progressivo do número de usuários dos serviços municipais, especialmente na área da saúde, que impactará decisivamente no orçamento dos próximos anos e consumirá todo o crescimento da arrecadação tributária do município, faltando para as outras áreas da gestão.

Alertas feitos...

É importante destacar que foram emitidos alertas para as ações que não poderiam sofrer paralisações, como é o caso dos contratos de gestão dos serviços de saúde nos Prontos Atendimentos (PAs), que são atualmente administrados pelo Hospital São Vicente (HSV). Porém, o que se observa é que toda estrutura está sendo desmontada e os serviços à população descontinuados, gerando muitos transtornos para o usuário do SUS (Sistema Único de Saúde). A situação ficou ainda mais grave quando a Administração aprovou no Conselho Municipal de Saúde reduções significativas nos plantões médicos que atendem nos PAs, gerando estrangulamento dos serviços e longas demoras nos atendimentos à população, que foram registradas por diversos veículos de comunicação da cidade, inclusive com mortes de pacientes que aguardavam transferência para as instalações hospitalares.

Como se pode observar, a retórica da nova gestão não encontra eco na realidade, pois, os problemas existem e não são poucos, mas o político eleito precisa estar preparado para enfrentá-los, como já dito, e trazer soluções rápidas para que a população não sofra as consequências desses desmandos. Mas, a ideia aqui, não é qualificar ou desqualificar aqueles que estão à frente da Prefeitura, mas, demonstrar que o legado deixado em Jundiaí é positivo, apesar de existirem problemas, com destaque para as restrições no orçamento de 2025, que foram detalhadas nas diversas audiências públicas realizadas em 2024 pela equipe técnica da área de Finanças (e que segue atuando com o mesmo rigor técnico na nova gestão, por seus servidores, que são de carreira), em razão da queda da arrecadação tributária e dos repasses menores para as políticas de saúde, educação, assistência social, entre outras, de responsabilidade do governo federal.

O plano de voo da cidade...

A verdade é que Jundiaí é um *boing* e precisa de um piloto com capacidade e competência para colocar o avião pra voar. E a administração municipal tem instrumentos para estabelecer o plano de voo, sobre o qual vamos mostrar um pouco aqui, para você – contribuinte, que está vendo o avião parado, no solo, sem com que o piloto consiga fazê-lo decolar. Afirmamos com toda convicção, pois os dados e informações podem ser comprovados nos balanços e documentos disponíveis no portal da Prefeitura, que a cidade

não está endividada, que tem orçamento para enfrentar a escassez, que tem um legado de projetos e obras importantes para ajudar a destravar a mobilidade urbana, que novos equipamentos de prestação de serviços estão em construção e que Jundiaí não alcançou o topo de diversos *rankings* por sorte, pois foram anos de muito trabalho e dedicação, com a entrega de resultados muito positivos.

Até podemos traçar aqui um paralelo com o início da gestão Luiz Fernando Machado (LFM), em 2017, quando a cidade foi encontrada toda desorganizada, após um período de governo sem coordenação, serviços precarizados e com muitas dívidas (com servidores, previdência social, fornecedores, entre outras – todas efetivamente comprovadas e publicadas para darmos transparência para o munícipe), etc. O que foi feito pela nossa equipe: diagnóstico claro da situação, já na etapa de transição, plano de ação para enfrentar cada um dos pontos críticos e as soluções foram sendo tiradas do papel e limpando o horizonte de problemas da cidade, que passou a trilhar no caminho do desenvolvimento novamente e chegamos ao que foi planejado. Ainda assim, muitos outros problemas foram aparecendo no caminho, a exemplo da pandemia da Covid-19, em 2020, que pegou todos de surpresa e trouxe um desafio sem precedentes na história da humanidade moderna. A ação rápida e coordenada permitiu respostas rápidas, que evitaram prejuízos maiores.

No início do primeiro período, o remédio foi amargo. Cortamos 30% dos cargos em comissão, reduzimos o número de secretarias para 16, revimos contratos, parcelamos as dívidas (nenhum fornecedor cujo valor foi devidamente validado, ficou sem receber) e redimensionamos o tamanho da despesa pública da cidade ao que tínhamos de receita. O orçamento também era curto, mas soubemos, com boa técnica e responsabilidade, arredondar todas as situações de dificuldades que encontramos, e, sob a orientação política do prefeito LFM, seguimos o caminho da recuperação financeira da cidade, saindo de um orçamento de R\$ 2,6 bilhões em 2017 para R\$ 4,3 bilhões em 2024 (+ 65%). O orçamento de 2025 é de R\$ 4,2 bilhões, ou seja, 1% menor (nominalmente) do que o do ano passado, lembrando que vivemos um período de 'vacas magras', onde todos os prefeitos eleitos estão sentindo o efeito de um país que concentra muitos recursos no governo federal e não compartilha com os municípios, que, ao final, é o grande prestador de serviços para o cidadão. Tudo isso, para mostrar que o momento atual é totalmente diferente de 8 anos atrás, principalmente porque a cidade está com suas finanças em ordem e foi

administrada com governança de qualidade e respeito à institucionalidade nesse período, o que, por si só, não justifica tamanha choradeira da atual gestão, que precisa olhar para frente e fazer aquilo que é preciso para a cidade não emperrar.

Jundiaí tem um sistema de planejamento...

A Prefeitura e seus órgãos possuem um robusto sistema de planejamento, urbanístico, orçamentário, financeiro, de compras, entre outros, com mecanismos de governança que permitem à qualquer gestor, minimamente interessado, ter acesso aos dados e estruturar soluções para os problemas da cidade. A propósito, esses dados e informações a respeito do orçamento, dos contratos, serviços, programas, obras, projetos e todas as ações do governo municipal estão disponíveis no site da Prefeitura e nos diversos portais que o compõem, como o Portal da Transparência (www.transparencia.jundiai.sp.gov.br), o Observatório Jundiaí – criado em 2018 (com mais de 400 indicadores que permitem acompanhar diversas áreas da gestão da cidade), Compra Aberta (sistema de compras da Prefeitura), Geo Jundiaí (com mapas, plantas, Plano Diretor), entre outros. A Prefeitura possui mais de 200 sistemas e subsistemas informatizados, desenvolvidos pela CIJun (Cia de Informática de Jundiaí) e que compõem o SIIM (Sistema Integrado de Informações Municipais), que estão instalados no boing e servem para fazer o plano de voo e manter o avião no rumo desejado.

Ficou em caixa R\$ 391,3 milhões...

Portanto, o boing Jundiaí tem instrumentos para auxiliar na definição do seu destino, mas é preciso conhecimento, habilidades e atitudes para tirar esse avião da posição estacionado. Em respeito à população (que é o passageiro), vamos fazer os devidos esclarecimentos sobre dados e informações incorretos que foram divulgados pelo atual governo nesses 6 primeiros meses. A primeira coisa, é importante destacar que o município não está endividado, assim como o próprio gestor-adjunto de Finanças atual (e que também exerceu o mesmo cargo na gestão anterior), José Roberto Rizzoti, afirmou em audiência pública sobre as metas fiscais de 2024, na Câmara Municipal. A responsabilidade com o dinheiro público e o planejamento financeiro foram duas das principais bandeiras da gestão do prefeito LFM, que deixou Jundiaí saudável financeiramente e com alta capacidade de captar recursos para investimentos, além de honrar os

compromissos assumidos. Ficou em caixa, para o novo governo iniciar seu plano de voo, R\$ 391,3 milhões, conforme dados publicados na IOM (Imprensa Oficial do Município) e no Portal da Transparência (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Demonstrativo-Final-de-Mandato-6o-Bimestre-1.pdf>),

valor mais que suficiente para iniciar os primeiros meses do ano com segurança e dar andamento nos serviços essenciais.

Financiamentos de longo prazo, que modernizaram a cidade...

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida total consolidada de longo prazo do município estava na casa dos R\$ 596,2 milhões (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/DIVIDA-CONSOLIDADA-2024-ANUAL-corrigida-em-05-03-2025.pdf>) – metade do R\$ 1 bilhão divulgado pela gestão atual, sendo a maior parte referente aos contratos de financiamentos de modernização da infraestrutura da cidade, cujas obras realizadas potencializaram a economia local, melhoraram os serviços públicos e, no final da cadeia, impactaram na qualidade de vida da cidade, tudo isso comprometendo apenas 18,45% da RCL (Receita Corrente Líquida) (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Apresentacao-Completa-3o-Quadrimestre-2024.pdf>),

portanto, muito inferior ao limite máximo de 120% da RCL estabelecido pela Resolução 40/01, do Senado Federal. Esses empréstimos serão pagos escalonadamente durante os próximos 10, 20 e 30 anos e oneram o orçamento municipal com apenas uma pequena fração no ano. Prova disso é que a amortização do principal e dos juros representam apenas 3,5% do orçamento de R\$ 4,29 bilhões (2025).

Índices favoráveis e aprovado pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional)...

Outro indicador que garante tranquilidade financeira para a cidade vem do Governo Federal: a CAPAG (Capacidade de Pagamento), que é uma nota de avaliação atribuída pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que é responsável por controlar o endividamento dos municípios do país. A CAPAG é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez. Apenas as cidades com notas A ou B estão aptas a contratar essas garantias junto ao governo federal e Jundiaí tem nota “A” em endividamento (<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>), o que atesta sua alta

capacidade de contratar e de pagar os empréstimos tomados, cuja aplicação dos recursos é vinculada a programas de investimentos na infraestrutura urbana e social da cidade. Portanto, não é verdadeira a informação de que Jundiaí estaria endividada.

Outro ponto importante é que, além do saldo de caixa de quase R\$ 400 milhões deixados para a nova gestão, Jundiaí tem um saldo disponível para investimentos, de cerca de US\$ 50 milhões (que equivalem a R\$ 280 milhões), aprovados no Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e que devem ser utilizados na ampliação e modernização da infraestrutura de mobilidade da cidade, bem como em construções e reformas de Unidades Básicas de Saúde e Escolas em bairros como Jardim Tamoio, Iboturucaia, Rio Acima, Vila Maringá, Vila Esperança, por exemplo, além da revitalização do Expressa (antigo Complexo Fepasa), entre outros. No entanto, a atual gestão apresenta-se titubeante para seguir com esses investimentos, mas, o seu gestor principal pode se decidir por interromper esse pacote de investimentos destinados à melhorias estruturais da cidade e aguardar novas oportunidades, que não se sabe se virão nesses tempos de escassez.

A propósito, é tão complexo e moroso conseguir financiamento de longo prazo no Brasil, que a grande maioria dos prefeitos desiste no meio do caminho e fica cada vez mais dependente de ações do governo federal, que, hoje, não cuida nem das suas próprias obrigações. Essas operações de crédito precisam obter o aval prévio da União e jamais seriam aprovadas se Jundiaí não comprovasse que suas contas estavam em ordem e que a Prefeitura tinha capacidade de honrar os compromissos assumidos. O legado deixado pela gestão LFM é bem diferente do encontrado em 2017, quando as dívidas de curto prazo impediam a realização dos serviços essenciais e sufocavam a capacidade de realizar investimentos estruturantes no município. Os pilares da responsabilidade fiscal e do planejamento de longo prazo, reconstruídos pela gestão de governo e finanças de LFM, foram essenciais para reposicionar Jundiaí no rumo do desenvolvimento.

Teve até avaliação de agência independente...

Concluindo esse tópico de análises, as finanças da Prefeitura de Jundiaí são sólidas e contam com nota “duplo A” (brAA+) na avaliação de longo prazo feita pela Austin Rating, uma agência independente que analisou os dados

e indicadores socioeconômicos do município (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/financeiro/avaliacao-de-risco/>). Essa nota alcançada é a segunda melhor na escala internacional de *rating*, e indica forte capacidade de honrar suas obrigações financeiras. O patamar só é conquistado por cidades que estejam com saúde financeira e cumprindo os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, não restam dúvidas de que o legado deixado é muito positivo, que não corresponde ao cenário fiscal da maioria das prefeituras brasileiras.

Um olhar sobre as Entregas do primeiro semestre de 2025...

Em 100 dias de governo, o gestor da Saúde escolhido pelo prefeito pediu demissão, o COMUS (Conselho Municipal de Saúde) assumiu um protagonismo que não é peculiar ao seu papel e os serviços estão sendo descontinuados, desde exames na atenção básica até o atendimento da alta complexidade no HSV. Fornecedores estão sendo substituídos sem qualquer justificativa fundamentada e equipes profissionais trocadas. O HSV está sendo acusado de falta de transparência e de não atender a todos que o procuram, que não era a realidade até 31 de dezembro. A propósito, o HSV, que é o nosso maior e mais importante equipamento de saúde, custa quase R\$ 30 milhões ao mês (sem os Prontos Atendimentos), pois atende de porta aberta não só Jundiaí, mas toda Região Metropolitana, que soma quase 1 milhão de habitantes. Portanto, o que é apontado pelo prefeito Gustavo Martinelli como sendo dívida, se trata de atendimentos acima do limite estabelecido no plano de trabalho do convênio com a Prefeitura, para reduzir a pressão das filas de cirurgia eletiva e de atendimentos oncológicos, por exemplo. Atender menos significa deixar mais gente esperando na fila do sofrimento. E foi essa a opção da atual gestão. Nosso governo trabalhou de forma alinhada com o HSV e, todo início de ano, fazia um balanço junto com a equipe de gestão do hospital para quitar suas pendências financeiras, e isso nunca falhou, exceção deste ano, porque a nova gestão não sentou para dialogar com o hospital, encurtou o prazo de renovação do convênio, não pagou o reajuste a que tinham direito e ainda trocou toda a linha de comando da diretoria, para assumir o controle político da instituição. Resultado: o hospital segue lotado, os PAs mais ainda e a gestão da saúde ordenou e o COMUS aprovou a redução do número de atendimentos, o que vai gerar mais desassistência e filas ainda maiores. Soma-se a essas preocupações, a paralisação da obra da UPA Lúcia Kachan, na Vila Progresso, que estava em sua etapa final de construção.

A falta de confiança para tomar as decisões relativas à área de saúde causa instabilidades nos serviços, que já são sentidos na ponta, com o aumento no número de reclamações por demora no atendimento, falta de medicações, cancelamento de cirurgias, redução de exames, aumento no tempo de espera para consultas entre outros problemas enfrentados pelas equipes, como a insegurança profissional, que afeta diretamente o atendimento. Tudo que estava funcionando, ainda que precisasse de melhorias, está sendo parado e está-se criando um caos na saúde pública de Jundiaí.

Em relação à alegada falta de transparência por parte do HSV, é fundamental informar que as contas da instituição passam por avaliação técnica da equipe UGPS (Unidade de Gestão de Promoção da Saúde), são fiscalizadas pelo MS (Ministério da Saúde) e auditadas pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), não tendo nenhuma reprovação nos últimos anos. O convênio, seus repasses, tudo está disponível no portal da transparência da Prefeitura e também do Hospital, mas parece que a retórica é só política e não tem a intenção de resolver e, mais uma vez, usa-se o mantra da comunicação de que o problema foi deixado pela gestão anterior. O fato é que todos esses desmandos estão se transformando numa crise na saúde pública do município.

Mudando a análise para a área da Mobilidade, é preocupante o aumento noticiado de 200% nas mortes no trânsito de Jundiaí, no primeiro semestre do ano, aparentemente pela descontinuidade dos programas e serviços pela área responsável no município. Com relação às obras estruturantes prioritárias, aprovadas no Plano de Mobilidade Urbana para melhorar o trânsito na cidade, chama a atenção a demora para definir a sequência da extensão da Av. Frederico Ozanan, executada em parceria com o Governo do Estado, que está colocando R\$ 100 milhões e a Prefeitura R\$ 52 milhões. A essa altura, a obra deveria estar em fase de conclusão, para cumprir o seu objetivo de ampliar a capacidade de fluxo para aquela importante região da cidade, que aguarda a tempos por uma solução. A desculpa aqui é que a ponte estaiada não seria necessária. Ora, a escolha de uma obra de arte de engenharia não é feita por capricho e sim por definição técnica que, nesse caso, precisou contemplar a largura e altura da calha do rio – para assegurar a vazão nas cheias (portanto, não pode ser uma ponte simples), o melhor eixo de mobilidade e a modernização da paisagem urbana, soluções essas elaboradas por especialistas responsáveis pelo projeto e que foi aprovada pelos técnicos do município de Jundiaí e do Governo do

Estado de São Paulo. São mais de 110 metros de ponte que vai cortar o Rio Jundiaí na diagonal e fundir o traçado de duas avenidas – a Frederico Ozanan e a Prefeito Luiz Latorre, naquele ponto de curva do rio, criando a embocadura para o túnel que vai passar por baixo da Rodovia João Cereser e permitir a ligação com a região Oeste da cidade. Aqui, um pequeno paralelo, quando Jundiaí construiu a Av. 9 de Julho (final da década de 70), alguns políticos da época também apontavam a obra como faraônica. E hoje, basta ver sua importância no cenário de mobilidade da cidade.

A falta de definição sobre o uso desses recursos contratados junto à CAF, também espalham dúvidas sobre a continuidade de projetos importantes para a cidade como a reurbanização do Centro, cujo projeto foi concebido a partir da escuta ativa de comerciantes e moradores da região e elaborado um plano de ação completo (que foi ignorado pela atual gestão, mas que está sendo feito com os mesmos atores); da construção de uma nova via de acesso ao Jardim Tulipas pela Av. Beta (Distrito Industrial); e da implantação de um novo acesso via marginal local ao bairro Medeiros, bem como a duplicação da Av. Reinaldo Porcari (em toda sua extensão), em razão da velocidade da urbanização do bairro.

Aliás, para não ficar muito exaustivo, quase todas as entregas realizadas nesses 6 primeiros meses do novo governo, ou já estavam em execução e foram continuadas (que é o certo!), ou foram alteradas na denominação ou no seu escopo para apagar as marcas da gestão anterior e colocar como realização do atual governo. Apenas para citar alguns desses exemplos, a ‘Cesta do Bem’, que na gestão passada tinha o nome de ‘Cesta Verde’, entregue para famílias vulneráveis assistidas pela UGADS (Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social), o novo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) do Novo Horizonte, foi só trocada a placa do equipamento entregue pela gestão LFM, onde funcionaria o CRIA (Centro de Referência para Infância e Adolescência), um espaço com diversos serviços integrados, voltado para combater a violência contra crianças; a obra do novo Centro Pop, na Vila Arens, encontra-se paralisada, mesmo após constatado o aumento do número de pessoas em situação de rua (inclusive, foram registradas duas mortes nesse período); o ‘Escola da Gente’, um aparente plágio de um programa copiado de uma prefeitura de Minas Gerais, que substituiu o consagrado Escola Inovadora, com a diferença de não possuir um programa pedagógico unificado, fincando apenas a atenção a pilares ESG, mas que já eram presentes no programa anterior. As obras das mini quadras das escolas também foram

projetadas e iniciadas na gestão passada. Além da EMEB Luiz Bárbaro, na Ponte São João e da EMEB Aparecida Bernardi, no Morada das Vinhas – entregues, outras duas estão em andamento e em fase final de construção: EMEB Janet Prado, no Tamoio e Maria Aparecida de Souza Ramos (Peixinho), no Jundiaí Mirim.

A revitalização do Parque Corrupira teve início em 2023, com o fechamento do espaço, que estava com suas estruturas deterioradas pelo tempo, e também para realizar escuta dos moradores mais antigos do bairro para identificar questões históricas, sociais, entre outras, com o objetivo de recriar o ambiente saudável que representa o Parque do Trabalhador, mas com a modernidade para nossas crianças, que ganhou o conceito inovador do Mundo das Crianças. O projeto foi concebido com a implantação de uma quadra poliesportiva, com entrada independente do parque e interligado na EMEB Maria Angélica, bem como a reativação do trenzinho e reimplantação do 'foguetão', marca registrada do parque ao longo das décadas de funcionamento. A nova gestão entregou parte desse projeto, desconsiderando o esforço feito em 2023 e 2024 pelo governante anterior e a quadra segue sem conclusão. O mesmo comportamento foi adotado com relação à obra do novo viaduto no Vista Alegre, ligando a Rodovia Geraldo Dias, por um acesso mais amplo e rápido, à Av. Nicola Accieri, no Corrupira. Neste caso, a obra está sendo entregue incompleta (apenas com a ligação com a Av. Santa Elisa), pois tínhamos projetado uma avenida marginal à rodovia, ligando o viaduto à avenida principal de acesso ao bairro, que vai ser cortado futuramente pelo TIC – Trem Intercidades (projeto do Governo do Estado).

Mudando para o vetor Oeste da cidade, na área de Esporte e Lazer, a mesma situação foi registrada com relação à quadra coberta do Centro Educacional, Cultural e Esportivo (CECE) Leo Nogueira Pereira, no bairro Sarapiranga (Medeiros), que em 2023 teve o seu gramado totalmente revitalizado e ganhou sistema de irrigação e drenagem, além da implantação dos novos brinquedos para as crianças. Em 2024, a quadra coberta foi iniciada e, em dezembro, tinha mais de 90% de execução, faltando instalar a iluminação e concluir o acabamento para entrega à população, que aconteceu como se fosse uma obra exclusivamente da nova gestão. A propósito, as próximas ações previstas no projeto do CECE Leo Pereira são a pista de caminhada no entorno do campo, a acessibilidade e o cercamento do espaço, além da reforma da administração e construção de novos vestiários.

Na Habitação de Interesse Social, as 500 matrículas entregues são fruto de trabalho de regularização fundiária iniciado pela FUMAS (Fundação Municipal de Ação Social), em 2017, na região do Novo Horizonte, que também recebeu o projeto Viver Melhor, em parceria com o Governo do Estado, para reforma de casas em condições precárias de habitabilidade. Até dezembro de 2024, mais de 120 casas já haviam sido reformadas e entregues aos moradores. As 132 habitações anunciadas para o Residencial dos Cravos, inclusive já haviam sido anunciadas em junho de 2024, com o início da licitação para a escolha da empresa que faria a construção, confirmadas neste primeiro semestre. O Governo LFM deixou na Fumas mais de 2 mil unidades habitacionais projetadas para famílias de baixa renda, cujos recursos viriam do Minha Casa Minha Vida do Governo Federal e do Casa Paulista, do Governo do Estado de São Paulo (CDHU), para o núcleo Meias Aço Sorocabana, com 400 unidades habitacionais, além de mais 120 no São Camilo (área do campinho).

São inúmeras ações pendentes nos primeiros meses, por inviabilidade de se implantar o que foi prometido na campanha, mas que precisam de honestidade de propósito do governante eleito para explicar para o munícipe por que não saíram do papel até agora. Os uniformes não foram entregues conforme o planejado em 2024 para os alunos da rede municipal; o número de profissionais de apoio na sala de aula para auxiliar o professor na inclusão das crianças com deficiência permanece o mesmo; o cardápio da alimentação dos alunos foi reduzido e a merenda está comprando alface a R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) a unidade (1 pé de alface), que alegavam estar superfaturado, sem explicar que ao custo do produto estavam somados os custos de armazenagem frigorífica e toda logística de distribuição em mais de 140 escolas espalhadas pela cidade; o ciclo virtuoso de investimentos nos artistas e nas atividades culturais foram interrompidos, a pretexto de um 'novo modelo', que não foi apresentado até agora; a contratação de asfalto por um preço menor, sem licitação, também não deu certo, porque a empresa não entregava na qualidade especificada e ainda estava entregando em menor quantidade. O Geresol (Gerenciador de Resíduos Sólidos), projeto reconhecido por sua alta capacidade de reciclar resíduos foi descontinuado e uma nova empresa – sem os atestados que comprovam sua capacidade técnica, foi contratada sem licitação e os resíduos da construção, que eram processados neste local e utilizados para fazer obras civis e pavimentação pela cidade, foram descontinuados e o governo atual estará gastando R\$ 13 milhões a mais, por ano, para comprar

esses materiais que, antes, eram obtidos dos restos de construções da cidade. A manutenção dos parques foi precarizada, inclusive do Mundo das Crianças e do Parque da Cidade, colocando em risco o sistema de proteção ambiental da nossa represa de abastecimento; a iluminação pública foi parar na mão de mais uma contratação emergencial e piorou a qualidade. Enfim, boa parte das promessas de campanha, não se confirmaram neste início, na prática, porque faziam parte de um *show de fake news* e que agora está sendo desvendado para o munícipe.

Além das entregas mencionadas, muitos projetos importantes foram elaborados e que precisam ser continuados, pois são estratégicos para suportar o crescimento do município ao longo dos próximos anos, a exemplo do programa de mobilidade urbana que foi deixado. Estamos nos referindo aos projetos de construção de uma nova estação de tratamento de água na região do Vetor Oeste, no pé da Serra do Japi, chamado de Sistema Caxambu. Foram realizados estudos dos mananciais remanescentes da cidade e modelada uma parceria público-privada para implantação desse novo sistema, com o objetivo de reforçar o abastecimento de água para os próximos 30 anos. Assim como foram realizados estudos para construção de uma nova estação de tratamento de esgotos no bairro do Corrupira, para ampliar a capacidade da ETE São José, e a modernização da ETEJ (Estação de Tratamento de Esgotos de Jundiaí), que fica no bairro Novo Horizonte, em substituição à atual, que já tem 30 anos e precisa ser implantado um novo sistema que seja mais eficiente no tratamento dos efluentes e que elimine os odores que tanto incomodam os moradores dos arredores, mas que também devolva água limpa para o Rio Jundiaí. O 'método Nereda', escolhido para substituir o atual modelo, foi estudo e o projeto estava em andamento, quando entregamos o governo em 31 de dezembro, mas até agora, a atual gestão da DAE (Departamento de Água e Esgoto) não anunciou se vai dar continuidade ou não. Trata-se de uma tecnologia mais eficiente, compacta e sustentável, com menor consumo de energia e sem a necessidade de produtos químicos.

Além de termos elaborado esses projetos, a gestão anterior da DAE aprovou a captação de US\$ 50 milhões (correspondente hoje a R\$ 280 milhões) junto ao Fonplata – Banco de Desenvolvimento formado por 5 países da América Latina, inclusive o Brasil, para execução de obras de desassoreamento da represa, com o objetivo de ampliar sua capacidade de armazenamento e obras de expansão do sistema de adução de água do sistema Cantareira (Rio Atibaia), entre outras, para aumentar a segurança hídrica da cidade

para as próximas décadas. Aparentemente o assunto não foi pautado e segue sem definição clara de quais são as prioridades dessa gestão.

Podemos citar ainda os projetos da **nova piscina adaptada**, que foi desenvolvido e aprovado junto ao FID (Fundo de Interesses Difusos) do Governo do Estado e o moderno **CICOM (Centro Integrado de Comunicação)**, uma central inteligente de comando e controle que estava projetada para integrar os serviços de urgência e emergência na nova sede da **Guarda Municipal**, com recursos carimbados da Agência Desenvolve São Paulo de fomento para sua execução e que não se tem notícia atualizada sobre sua continuidade.

Enfim, esses são apenas alguns dos legados que ficaram para o novo governo entregar para a população. Alguém aí tem dúvida que todas essas ações e obras não caíram do céu e que nada acontece tão rápido na administração pública? Portanto, **resta demonstrado neste documento que o legado deixado é extremamente positivo, razão pela qual é necessário que façamos esses esclarecimentos à população**. E olha que ele não para por aí, mas vai precisar de um piloto sério e competente para governar a cidade com foco em resultados e ao mesmo tempo estar atento às demandas prioritárias da sociedade, que vão mudando junto com os problemas, que precisam ser resolvidos.

* * * * *

Jundiaí, 30 de junho de 2025.

ANEXO I – Falta de Transparência...

A seguir, elencamos alguns pontos importantes que comprovam que o discurso da transparência pública é somente uma retórica política da gestão atual, pois, estão ocultando ou deletando dados e informações anteriores a 2024, infringindo os princípios da publicidade, da impessoalidade e da moralidade, previstos na Constituição Federal.

Entregas (<https://observatorio.jundiai.sp.gov.br/entregas.php>): o acervo que continha todas as entregas realizadas de 2017 a 2024, com informações detalhadas sobre cada obra pública executada nesse período, foi apagado, permanecendo somente as atuais que estão em andamento.

Plano de Governo (<https://jundiai.sp.gov.br/planodegoverno/>): a atual gestão apagou do Portal da Transparência a prestação de contas da execução do Plano de Governo da gestão anterior, de 2017 a 2024. Um total desrespeito à institucionalidade da gestão, ao contribuinte e uma falta ética grave, contrariando o Decreto de governança vigente no município, e que estabelece diretrizes legais que devem ser seguidas por todos os gestores municipais. Nota-se que apenas o Plano de Governo iniciado em 2025 encontra-se disponível. (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/governanca-municipal/o-que-e/>).

Contudo, em respeito ao contribuinte, listamos abaixo, alguns *links* que servem de suporte para pesquisa sobre programas, ações, metas e indicadores sobre tudo o que foi narrado aqui neste documento.

Plano Plurianual (<https://jundiai.sp.gov.br/ppa/#ppa-2018-2021>): aqui no *link* do PPA é possível pesquisar sobre os programas municipais, relativos ao período 2018-2021. Penso que não foram apagados porque compõem documento obrigatório para manter publicado no Portal da Transparência.

(<https://jundiai.sp.gov.br/ppa/#ppa-2022-2025>): esse *link* é do PPA 2022-2025. Notem que o último ano do plano plurianual é executado pelo novo administrador eleito, para não descontinuar os programas e serviços essenciais aprovados na gestão anterior. Este é o espírito da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), mas, em Jundiaí, está acontecendo exatamente o contrário, conforme demonstrado neste relatório.

Observatório (<https://observatorio.jundiai.sp.gov.br/>): aqui nesse *link* você consegue avaliar o desempenho da administração municipal e suas políticas públicas, através de indicadores secundários e primários. E mantém conexão com os ODS (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável), criado pela ONU. De fato, parte importante dos dados relativos à execução de projetos e entregas de 2017 a 2024 foram apagados do portal.

Guia de Finanças (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/financeiro/guia-de-financas-do-municipio/>): aqui tem o Guia de Finanças, um documento de prestação de contas preparado em linguagem simples para o cidadão ler e compreender o básico sobre o Orçamento do município e como os recursos arrecadados se transformam em programas e atividades nas diversas áreas e funções do governo.

ANEXO II – Principais indicadores de Jundiaí (2017-2024)

- 1ª colocação nacional, dentre as cidades com mais de 200 mil habitantes, no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil, elaborado pelo Instituto Cidades Sustentáveis (IDSC-Br, 2023);
- 1ª cidade com a melhor gestão financeira e a 2ª cidade com a melhor qualidade de vida no Estado de São Paulo, a partir de um estudo técnico do NEC (Núcleo de Estudos das Cidades - 2023);
- 1º lugar no ranking “As Melhores Cidades do Brasil 2022” da IstoÉ; • 1ª cidade brasileira e 3ª da América Latina de médio porte para investimentos, no quesito “custo-benefício”, segundo a Financial Times / FDI Foreign Direct Investment - American Cities of the Future (2022);
- 1ª cidade no quesito indicadores econômicos, subcategoria padrão de vida, segundo a Austin Rating, Editora Três e Revista IstoÉ (2022);
- 1ª melhor cidade em retorno de tributos no país segundo a consultoria Assertif (2021);
- 1º lugar no ranking estadual de qualidade de vida com menor custo para o contribuinte segundo a consultoria Assertif (2021);
- 1ª entre as cidades mais seguras do Brasil entre as cidades com mais de 300 mil habitantes, segundo o IPEA (2019);
- 2ª melhor nota na escala internacional de rating, o duplo A (brAA+), concedido pela Austin Rating (2022 e 2023);
- 2º lugar no ranking nacional do Índice de Desafios da Gestão Municipal 2021 (IDGM), da consultoria Macroplan;
- 2ª melhor gestão pública no Brasil segundo a consultoria Macroplan (2022);
- 3º lugar no Índice de Governança Municipal, desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração (IGM/CFA 2023). A cidade está inserida no grupo

que engloba municípios com mais de 100 mil habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) per capita acima de R\$32 mil;

- 3º lugar no ranking Smart Gov Brasil 22 (municípios com população de 100 a 500 mil habitantes), promovido pela Associação Nacional das Cidades Inteligentes, Tecnológicas e Inovadoras (Anciti);

- 3ª colocada cidade do Estado de São Paulo e a 12ª colocada a nível Brasil no ranking de melhores cidades para se empreender segundo o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);

- 4ª colocação entre as cidades paulistas e a 6ª colocação à nível Brasil no ranking de cidades inteligentes e conectadas feito pela Connected Smart Cities 2022 – desenvolvido pela Urban Systems - entre os municípios com população de 100 a 500 mil habitantes;

- 5ª cidade mais segura do Estado de São Paulo e 8ª mais segura do país, entre os municípios com população entre 200 e 500 mil habitantes - Anuário 2023 das Cidades Mais Seguras do Brasil (MySide - 2022);

- 6ª cidade no Programa Município Verde Azul, entre as cidades de 100 mil a 500 mil habitantes, recebendo 91 pontos. O programa é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo (2023);

- 7ª melhor cidade do Brasil para se envelhecer, com bom desempenho em economia, educação, trabalho e bem-estar, a partir de um estudo técnico do NEC (Núcleo de Estudos das Cidades - 2023);

- 7º maior parque de comércio e serviços do Estado de São Paulo, segundo o IBGE (2019); 8º maior parque industrial do Estado de São Paulo, com 160 multinacionais instaladas, segundo o IBGE (2019);

- 11ª cidade com o Melhor Saneamento dentre os municípios paulistas e a 24ª cidade com o Melhor Saneamento do Brasil - Ranking do Saneamento (Instituto Trata Brasil - 2023);

- 13ª posição nacional na categoria Estratégia de Promoção de Investimentos Estrangeiros Diretos e 8ª posição no ranking das cidades

médias (acima de 350 mil habitantes), quando o critério avaliado é a Efetividade de Custos, conforme apontado 18 no ranking 'Cidades do Futuro' pela FDI American Cities of the Future 2021-2022, do grupo britânico Financial Times;

- 16ª cidade mais competitiva do país pelo Ranking de Competitividade dos Municípios (Centro de Liderança Pública - CLP - 2022).